



Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Denise Pereira
(Organizadora)

Denise Pereira

(Organizadora)

Campos de Saberes da História da Educação no Brasil 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C198 Campos de saberes da história da educação no Brasil 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-455-9
DOI 10.22533/at.ed.559190507

1. Educação – Brasil – História. I. Pereira, Denise. II. Série.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O estudo da História da Educação sempre será muito importante para ajudar a compreender o modelo educacional que possuímos hoje, entender os possíveis erros que ocorreram de forma que possamos preveni-los e evitá-los.

Para se compreender o presente e planejar o futuro é necessário entender o passado, que neste caso é a História da Educação.

Tudo é história e tudo tem história. No processo educacional isso é ainda mais presente.

Os pesquisadores tem se interessado em compreender as ações de educação contidas na sociedade com suas diversas formas e esferas de intervenção.

Outros estudos vão de encontro com o sentido de captar as especificidades da formação e do desenvolvimento institucional observando como este modelo se articula se ao processo da construção da identidade brasileira.

Deste modo, a Editora Atena, realiza uma edição, dirigida especialmente a quem deseja compreender os diversos Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil, acolhe neste e-book a proposta de responder no meio de tantas questões que surgem do debate de compreender a educação no Brasil.

Aqui, os diversos autores investigam as questões diversas destes campos dos saberes, tais como: a arte, a cultura, a história, novas metodologias, identidade brasileira, políticas educacionais, entre outras.

Espero que essas leituras possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas pesquisas.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O BORDADO NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
Isabella Brandão Lara Ana Maria de Oliveira Galvão	
DOI 10.22533/at.ed.5591905071	
CAPÍTULO 2	13
ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO	
Bruna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.5591905072	
CAPÍTULO 3	25
A ANPUH-SP E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PAULISTAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: DIÁLOGOS	
Ana Paula Giavara	
DOI 10.22533/at.ed.5591905073	
CAPÍTULO 4	39
DIFERENTES CENÁRIOS: UM ESTUDO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PÚBLICA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL	
Dehon da Silva Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.5591905074	
CAPÍTULO 5	52
ENSINO DE HISTÓRIA EM MUSEUS: A EXPERIÊNCIA DA MEDIAÇÃO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Priscila Lopes d’Avila Borges	
DOI 10.22533/at.ed.5591905075	
CAPÍTULO 6	61
O PROCESSO INQUISITORIAL 8064 À LUZ DA MICRO-HISTÓRIA	
Guilherme Marchiori de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.5591905076	
CAPÍTULO 7	71
OS PRONTUÁRIOS MÉDICOS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA: O CASO DO <i>LEPROSÁRIO</i> CEARENSE ANTÔNIO DIOGO (1928-1939)	
Francisca Gabriela Bandeira Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.5591905077	
CAPÍTULO 8	82
PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: O ESTUDO DO MEIO COMO PRÁTICA PARA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Marcos Rafael da Silva Tathianni Cristini da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5591905078	

CAPÍTULO 9	92
DIÁLOGOS POSSÍVEIS PARA A (RE)INTERPRETAÇÃO DA CULTURA MATERIAL DOS MUSEUS Wagner Lucas Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5591905079	
CAPÍTULO 10	101
O MITO LUSITANO DO LICANTROPO E SUA HERANÇA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO Maximiliano Ruste Paulino Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050710	
CAPÍTULO 11	111
A FALA COMO APRENDIZADO NAS PRÁTICAS DA LIGA CAMPONESA DO ENGENHO GALILÉIA Reginaldo José da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050711	
CAPÍTULO 12	124
A INFLUÊNCIA DOS TUTORES NA EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS EM MARIANA (1790-1822) Leandro Silva de Paula	
DOI 10.22533/at.ed.55919050712	
CAPÍTULO 13	131
A LEITURA DAS ATAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ (1964 – 1985) Flávio William Brito Matos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050713	
CAPÍTULO 14	142
O CONSELHO DE INTENDÊNCIA DO SERRO/MG E A INSTRUÇÃO PÚBLICA DA REPÚBLICA, DE 1890 A 1892 Danilo Arnaldo Briskievicz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050714	
CAPÍTULO 15	155
A POLÍTICA DE INCENTIVO ÀS MANUFATURAS TÊXTEIS EM PORTUGAL SÉCULO XVII: DOS DISCURSOS DE DUARTE RIBEIRO DE MACEDO À GESTÃO DO 3º CONDE DA ERICEIRA Alex Faverzani da Luz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050715	
CAPÍTULO 16	172
AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE ISAÍAS CAMINHA: RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA, AUTOBIOGRAFIA E LITERATURA NA PRODUÇÃO DO ESCRITOR LIMA BARRETO Carlos Alberto Machado Noronha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050716	

CAPÍTULO 17	181
A PROCESSUALIDADE DE UMA POLÍTICA COOPERATIVA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
Reginaldo Célio Sobrinho	
Edson Pantaleão	
Giselle Lemos Shmidel Kaustsky	
DOI 10.22533/at.ed.55919050717	
CAPÍTULO 18	190
CONHECIMENTOS SOBRE A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: BASE PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Giselle Lemos Schmidel Kautsky	
Reginaldo Celio Sobrinho	
Edson Pantaleão Alves	
Euluze Rodrigues da Costa Junior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050718	
CAPÍTULO 19	199
DIREITOS SOCIAIS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FIGURACIONAL DE NORBERT ELIAS	
Monica Isabel Carleti Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.55919050719	
CAPÍTULO 20	210
CENTROS DE PESQUISA SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL	
Bárbara Birk de Mello	
Luiz Antonio Gloger Maroneze	
DOI 10.22533/at.ed.55919050720	
CAPÍTULO 21	221
DESAPRENDENDO O JÁ SABIDO: O “ESTADO NOVO” NO EMBALO DO SAMBA	
Adalberto Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050721	
CAPÍTULO 22	238
CINEMA, CULTURA POPULAR E MEMÓRIA NA VISÃO DO CINEASTA HUMBERTO MAURO	
Sérgio César Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.55919050722	
CAPÍTULO 23	248
DAS PÁGINAS DOS JORNAIS PARA AS TELAS: A REPRESENTAÇÃO DO ESQUADRÃO DA MORTE NO CINEMA BRASILEIRO DA DÉCADA DE 1970	
Renata dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050723	
CAPÍTULO 24	259
O LUGAR DO MÚSICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E REGIONAL	
Douglas José Gonçalves Costa	
DOI 10.22533/at.ed.55919050724	

CAPÍTULO 25	269
ROTAS DE TEATRO, BRASIL E PORTUGAL: ENCENAÇÕES, ENGAJAMENTO E CRIAÇÃO ARTÍSTICA NOS ANOS 1960 E 1970	
Kátia Rodrigues Paranhos	
DOI 10.22533/at.ed.55919050725	
CAPÍTULO 26	281
FICCIONALIZANDO REALIDADES: RELAÇÕES POSSÍVEIS ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA EM “THE HANDMAID’S TALE”, DE MARGARET ATWOOD	
Isabela G. Parucker	
DOI 10.22533/at.ed.55919050726	
CAPÍTULO 27	290
ÍNDIOS PANKARÁ: ENTRE A SERRA E O RIO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E ALTERIDADE	
Alberto Reani	
DOI 10.22533/at.ed.55919050727	
CAPÍTULO 28	301
NO SÉCULO XVIII, OS INDÍGENAS NA FORMAÇÃO DA CAPITANIA DE MATO GROSSO	
Gilian Evaristo França Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050728	
CAPÍTULO 29	316
A METODOLOGIA KELLYANA APLICADA À TEMÁTICA INDÍGENA	
Rosemary Pinheiro Da Paz	
DOI 10.22533/at.ed.55919050729	
CAPÍTULO 30	329
UMA VISÃO DOS INDÍGENAS DO SUL DE MINAS NOS RELATOS DE ALGUNS MEMORIALISTAS	
Gustavo Uchôas Guimarães	
DOI 10.22533/at.ed.55919050730	
CAPÍTULO 31	340
INTERCÂMBIO DE IDEIAS: CORRESPONDÊNCIAS ENTRE ARTHUR RAMOS E MELVILLE HERSKOVITS (ACERCA DA CULTURA AFRO-AMERICANA, 1935-1949)	
Heloísa Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.55919050731	
CAPÍTULO 32	352
ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA	
Jefferson Pereira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55919050732	

CAPÍTULO 33 363

ESMERALDINAS, CREMILDAS E LOURDES:TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO QUILOMBOLA NO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS/PARÁ (2005-2016)

João Marinho da Rocha

Marilene Correa da Silva Freitas

DOI 10.22533/at.ed.55919050733

SOBRE A ORGANIZADORA..... 372

ENSINO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A FORMAÇÃO DO CIDADÃO: O VALOR DA CAPOEIRA

Jefferson Pereira da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte/
UFRN
Natal-RN

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL
RELATIONS AND CITIZEN'S FORMATION:
CAPOEIRA'S VALUE

RESUMO: De maneira geral, utilizando como referência os documentos norteadores e a legislação vigente, a finalidade da educação no Brasil é formar o cidadão. Esta formação cidadã encontra-se relacionada com valores específicos, como por exemplos, a capacidade do indivíduo em ser tolerante e o respeito às diversidades. Carregada de elementos que valorizam a cultura afro-brasileira, a capoeira – considerada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como ícone contemporâneo representante da identidade brasileira –, é uma das alternativas na qual as problemáticas que se referem à história e cultura afro-brasileira possa ser levada para a escola. Assim, é objetivo deste trabalho analisar como a prática da capoeira se insere na discussão em torno da seleção de conteúdo e do ensino das relações étnico-raciais, além de, relacionar possíveis objetos de valor que a capoeira carrega como o que é exigido pela legislação e documentos norteadores da educação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Capoeira; Relações Étnico-raciais; Lei 10.639/03.

ABSTRACT: In general, using as reference the documents guiding and the current legislation, the purpose of education in Brazil is to form the citizen. This citizen training is related to specific values, such as, for example, the individual's capacity to be tolerant and respect diversity. Full of elements that value Afro-Brazilian culture, capoeira – considered by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) as a contemporary icon representing the Brazilian identity – is one of the alternatives in which the problems concerning to Afro-Brazilian history and culture can be taken to school. Thus, this study aims to analyze how capoeira's practice is inserted in the discussion about the selection of content and the teaching of ethnic-racial relations, besides, to relate possible objects of value that capoeira carries as what is required by the legislation and guiding documents of Brazilian education.

KEYWORDS: Capoeira; Ethnic-racial relations; Law 10.639/03.

1 | INTRODUÇÃO

Muitos são os trabalhos que usam a capoeira como objeto de pesquisa no sentido de

pensar sua utilização e relevância nas escolas. No entanto, a maioria destes trabalhos a analisa como ferramenta voltada para o ensino, principalmente, através da disciplina escolar de Educação Física, tendo como objetivo central refletir sua contribuição junto aos alunos no desenvolvimento e na realização de atividades motoras. É o caso, por exemplo, dos seguintes trabalhos: SILVA, Paula Cristina da Costa. *O ensino-aprendizado da Capoeira nas aulas de Educação Física escolar*. UNICAMP: 2009 (Tese de Doutorado); SANTOS, Gilbert de Oliveira. *Da Capoeira e a Educação Física*. UNICAMP: 2005 (Dissertação de Mestrado); SILVA, Luciana Maria Fernandes. *O ensino da Capoeira na Educação Física Escolar: blog como apoio pedagógico*. UNESP: 2012 (Dissertação de Mestrado); e SILVA, Paula Cristina da Costa. *A Educação Física na roda de Capoeira: entre a tradição e a globalização*. UNICAMP: 2002 (Dissertação de Mestrado).

As justificativas que fazem a capoeira aparecer aqui são as seguintes: 1) parte de uma demanda social que, pensando especificamente na escola, a valorização da história e cultura afro-brasileira surge como uma tentativa para que se mantenha o aluno negro na instituição, já que este aluno se depara muitas vezes com um currículo que pouco valoriza a cultura negra de forma abrangente e positiva; 2) contribui para o cumprimento da legislação e das políticas públicas afirmativas, principalmente no que se refere a Lei de nº 10.639/2003, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira na Educação Básica; 3) além de trabalhar, com valores que fazem parte da aprendizagem histórica e da formação cidadã, assim como veremos posteriormente no decorrer do texto. Desse modo, estamos analisando a capoeira sob uma perspectiva para além do seu potencial nas atividades motoras, no caso, devido a sua trajetória histórica, complexidade cultural e das contribuições e possibilidades de abordagens que este tema é capaz.

Na primeira parte do texto, buscamos inserir a prática da capoeira dentro de uma discussão em torno da seleção de conteúdo e do ensino das relações étnico-raciais. Em um segundo momento, iremos relacionar possíveis objetos de valor que a capoeira carrega com o que é exigido pela legislação e documentos norteadores da educação brasileira, para que assim, possamos afirmar que a capoeira, além de ser um possível caminho para que se efetive nas salas de aula discussões em torno da problemática da história e da cultura afro-brasileira, é ainda uma importante ferramenta a ser utilizada para se trabalhar valores que são exigidos pelo Estado e que devem fazer parte da formação dos brasileiros.

2 | A CAPOEIRA E O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A capoeira, juntamente com outras práticas resultantes da experiência sociocultural entre africanos e seus descendentes no Brasil, assim como o samba,

faz parte – de acordo com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) – de um conjunto de ícones contemporâneos considerados representativos da identidade brasileira. Entretanto, se a analisarmos desde o período colonial até os dias atuais – reconhecida em 2008 pelo IPHAN como patrimônio imaterial brasileiro e, mais recentemente, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como patrimônio cultural imaterial da humanidade (2014) –, perceberemos em sua trajetória que esta valorização não fora cogitada até, pelo menos, o primeiro quartel do século XX. Segundo Oliveira e Leal:

[...] durante a maior parte do século XIX até as três primeiras décadas do século XX, a capoeira sempre esteve associada ao mundo do crime. Poucas vezes ela foi compreendida como uma prática cultural pertinente à sociedade brasileira. Sua prática, contudo, iria experimentar uma outra significação a partir da década de 1930. Passaria de crime previsto no Código Penal para uma luta considerada genuinamente brasileira (OLIVEIRA; LEAL, 2009, p. 48).

Isso só aconteceu com a intensificação dos debates no Brasil no período do Estado Novo devido à busca em construir elementos caracterizadores da nacionalidade e identidade brasileira. Neste contexto, a valorização da cultura dos povos indígenas e africanos se fez presente, a partir da ideia de junção das três raças.

Este processo de valorização da cultura indígena e africana combatia a forma como, até então, o Brasil estava sendo lido: através da cartilha do darwinismo social. Afirmava-se que, do ponto de vista étnico, a existência de civilizações superiores e inferiores, a nacionalidade brasileira – devido a sua mescla de etnias – aparecia como uma espécie de elo fraco da corrente. Para os adeptos deste ideal, o quadro de inferioridade poderia ser superado, desde que o país conseguisse acelerar o seu processo de evolução, a partir de um processo de branqueamento da sociedade brasileira (VELLOSO, 2010).

A capoeira, enquanto prática que é fruto da vivência e experiência sociocultural dos africanos e seus descendentes no Brasil, ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, foi fortemente combatida e o esforço em extingui-la intensificou-se, principalmente no período no qual a chamada *capoeiragem* esteve no Código Penal, entre 1890 e 1837. Mas ao longo dos discursos voltados e que dizem respeito às ações que envolvem a capoeira, propostas que alternavam entre a tolerância relativa e a perseguição rigorosa existiram ao longo da sua trajetória, como por exemplo, na valorização pelos serviços prestados à Guerra do Paraguai, à criminalização pós período imperial, esportização e, finalmente, patrimonialização desta prática (OLIVEIRA; LEAL, 2009).

Neste sentido, podemos afirmar que a representatividade que hoje parece ser consenso não foi pautada assim o tempo todo, e a valorização desta manifestação que hoje pode ser encontrada em todas as partes do mundo, foi alcançada às duras lutas e mobilizações, inclusive políticas.

As afirmações de que nossa identidade é mestiça, que brancos e negros viviam em harmonia e da possível existência de uma democracia racial escondiam o princípio da superioridade do branco com relação ao negro. O fato é que, devido à força que este ideal possuiu, o preconceito e o racismo contra a população afro-brasileira se perpetuou e continua atuante em nossa sociedade, sendo necessária a criação de políticas públicas de reparação como forma de buscar a valorização desta e, fazer também, com que cada dia mais eles sejam reconhecidos enquanto sujeitos atuantes na história nacional não apenas pelo viés da escravidão.

Uma dessas políticas públicas é a Lei de nº 10.639 – emenda da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96) – do ano de 2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura da África e dos afro-brasileiros na Educação Básica. Em seu parágrafo segundo, a lei estabelece que: “Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras” (BRASIL, 2003). Desse modo, cabe à disciplina de História uma atenção especial para a efetivação e cumprimento desta lei.

Optamos em especial pela Lei 10.639/03 por tratar diretamente de questões relacionadas ao ensino para as relações étnico-raciais, além de ser uma das maiores conquistas dentre um conjunto de demandas sociais que foram apresentadas pelos movimentos negros existentes no Brasil desde o século XIX, entre eles, os movimentos abolicionistas, irmandades religiosas, revoltas sociais, etc. A inserção da população negra no sistema educacional – mesmo em pequenos números inicialmente – a partir da década de 1930 também contribuiu com a discussão ao provocar indagações a respeito dos preconceitos e estereótipos que essa parte significativa da população sofria (CONCEIÇÃO, 2010).

Na segunda metade do século XX, pesquisadores e adeptos dos movimentos negros principalmente nas décadas de 1970 e 1980 alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdos “afrocêntricos”, que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva. Ao longo da década de 1990, com os movimentos intensos em todo o Brasil, lutando em favor da afirmação da identidade negra, essas causas foram ganhando força e conseguiram, com muita luta, a promulgação da Lei nº 10.639/03 (PEREIRA; SILVA, 2012).

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (hoje Movimento Negro Unificado – MVU), fundado em 1978, por exemplo, é um dos que mais se destacaram neste período. Contando com uma atuação em diversas frentes, desde blocos carnavalescos, grupos e oficinas de teatro, até a atuação em universidades por todo o Brasil. Graças à sua atuação, diversas conquistas foram alcançadas, como a criminalização do racismo como crime inafiançável (1988), o ingresso do tema Pluralidade Cultural nos PCN (2000), entre outras conquistas (SILVA, 2011).

Carregada de elementos que valorizam a cultura afro-brasileira – como por

exemplo, a musicalidade, que entre os instrumentos utilizados tem-se o berimbau e o atabaque, ambos instrumentos de percussão oriundos do continente africano –, a capoeira é uma das alternativas na qual as problemáticas que se referem à história e cultura afro-brasileira podem ser levadas para a escola.

Devido à complexidade que é a selecionar conteúdos – atividade esta que deve levar em consideração diferentes condicionantes, tais como, a legislação imposta pelo Estado, o Projeto Político Pedagógico (PPP), e as especificidades de cada turma na qual o professor atua –, a grande questão que permeia esta determinação é: qual África e qual Brasil negro devem ser ensinados aos alunos da Educação Básica nos estabelecimentos de ensino de níveis fundamental e médio?

Acreditamos ser esta uma pergunta cuja resposta varia de acordo com os contextos nos quais a questão é lançada, pois como já citado anteriormente, os critérios de seleção de conteúdos são múltiplos, e cabe ao docente diagnosticar qual a necessidade da turma que ele está ou do grupo com o qual ele esteja trabalhando. Para Kabengele Munanga, se o conteúdo mínimo a ser ensinado aos alunos da Educação Básica sobre a história da África e do negro no Brasil não for definido com clareza, os riscos de se mutilar e reduzir a África permanecerão, podendo a luta contra os preconceitos e o processo de construção da identidade negra no Brasil serem prejudicados (MUNANGA, 2013).

Para termos mais uma noção da relevância que a capoeira tem para com a nacionalidade brasileira acrescentaremos a seguinte informação. Uma das coisas que fizeram com que a capoeira tenha se tornado patrimônio cultural imaterial brasileiro – para além da sua importância enquanto elemento formador da identidade do Brasil –, foi a amplitude e extensão que esta prática alcançou com relação ao mundo. Na certidão que insere a roda de capoeira no Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN é mencionado que “A capoeira é uma manifestação cultural presente hoje em todo o território brasileiro e em mais de 150 países, com variações regionais e locais [...]” (IPHAN, 2008).

Esta característica faz da capoeira uma importante representante da brasilidade no exterior. Constantemente, motivados para conhecer e vivenciar esta prática no país de origem, turistas estrangeiros visitam o Brasil para participar de eventos que reúnem centenas de pessoas e ter contato direto com Mestres, Contramestres, Professores, Instrutores e outros capoeiristas em geral.

Atualmente, a discussão em torno da seleção dos conteúdos que devem se fazer presentes na Educação Básica brasileira tem gerado acalorados debates, principalmente após a apresentação, no mês de setembro de 2015, de uma primeira versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). No caso da disciplina de História, e mais especificamente, sobre os assuntos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, cabem aqui algumas observações.

As principais críticas e considerações sobre a primeira versão da BNCC podem ser encontradas na nota lançada e assinada pelo GT de História da África da ANPUH

Brasil e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-ÁFRICA). A nota aponta entre outras coisas: que os conteúdos relativos ao campo de conhecimento tratado – no caso, História da África –, a complexidade das organizações sociais, culturais, políticas e africanas não são contempladas; “os conhecimentos apresentados por uma historiografia contemporânea internacional, inclusive africana e brasileira sobre África” foram desconsiderados; e que a atual versão da Base promove uma visão reducionista da História da África, pois exclui algumas temporalidades ao privilegiar os processos históricos localizados entre os séculos XVI e XIX (GT HISTÓRIA DA ÁFRICA/ANPUH, 2016).

A réplica a esta nota veio por meio de um texto escrito por Itamar Freitas e Margarida Dias de Oliveira, dois dos doze profissionais que fazem parte da equipe responsável pela produção da BNCC. Ressaltamos aqui, que todas as críticas e considerações que a nota assinada pelo GT de História da África e pela ABE-ÁFRICA foram comentadas e respondidas pelos autores. O que colocamos em destaque neste texto é o chamamento direcionado aos pesquisadores especialistas da área de História da África, para que passem a contribuir de forma direta na elaboração e construção da BNCC, como por exemplo, dando algum parecer sobre: a qualidade do material didático que chega às escolas referente à história e cultura afro-Brasileira; as possibilidades de periodização desta história africana; a forma na qual estes conteúdos devem ser abordados; ou ainda a respeito de qual(is) África(s) concentraria(m) a mais significativa experiência para a formação de brasileiros?

O que estamos defendendo neste trabalho é que um dos caminhos possíveis para que o ensino da história e cultura afro-brasileira, conteúdo obrigatório e que deve ser trabalhado em sala de aula, seja problematizado no ambiente escolar é através do estudo da capoeira. Não cabe a nós, sozinhos, estabelecermos quais são os únicos trajetos que devem ser percorridos pelo docente para que os estudos da África e dos afro-brasileiros se concretizem na escola. Acreditamos ser mais adequado apontar possibilidades, até porque, são diversos os ambientes, condições e, principalmente, o público no qual o professor lida diariamente.

3 | VOCÊ NÃO SABE O VALOR QUE A CAPOEIRA TEM...

A frase que nomeia este tópico é um trecho da música “Você não sabe o valor que a capoeira tem”, escrita e gravada por Antônio de Menezes (Mestre Burguês, natural de Sergipe e atual presidente do Grupo de Capoeira Muzenza), e que é bastante cantada nas rodas de capoeira. Ao longo da letra percebemos a exaltação da capoeira como uma prática que é capaz de mudar a vida das pessoas – “A Capoeira me ajudou / Ela me fez ser na vida / Hoje quem eu sou / Tu não sabe o valor” –, e de ajudá-las nos momentos de dificuldade – “Se é pra falar de amor / Ela que me conquistou / Ela me botou nos braços / E me tirou do chão / Tu não sabe o valor”. Neste sentido, a capoeira é mais do que a movimentação, é, digamos, “um estilo de vida”.

Antes de nos concentrarmos nos valores específicos que o trabalho com a capoeira é capaz de engendrar no ensino de História, faz-se necessário uma apresentação a respeito do que tanto em nível mundial, quanto em nível nacional, é pensado e esperado da sociedade e da educação, para que posteriormente possamos apontar alguns dos valores exigidos pelo Estado e que a capoeira é capaz de auxiliar no aprendizado. Em prol da realização de tal tarefa, tomaremos como referência o que aponta a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Segundo a Organização das Nações Unidas, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos elaborada em 1948, é papel da educação:

[...] visar à plena expansão da personalidade humana e ao esforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos [...] (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, Art. 26).

A carta constitucional em vigor no Brasil, promulgada em 1988, contém princípios que se assemelham aos apresentados anteriormente na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, como por exemplo, a adoção do caráter de Estado democrático de direito (GATTI JÚNIOR, 2010). Em seu Art. 3 está incluso entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária; [...] III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, Art. 3).

No que se refere especificamente à educação, a Constituição em seu Art. 205 nos aponta que “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, Art. 205).

Seguindo a mesma linha dos documentos mencionados anteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996 por meio da Lei nº 9.394, em seu Art. 22 menciona que:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996, Art. 22).

Pelo que verificamos ao longo dos documentos mencionados, podemos afirmar – o que também já se tornou princípio entre os pesquisadores e professores em geral – que: a finalidade da educação no Brasil é formar o cidadão. Para além disso, esta formação cidadã encontra-se relacionada com valores específicos: a capacidade do

indivíduo em ser tolerante; respeitar as diversidades, sem preconceitos com relação à origem, raça, religião, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação; ser justo e solidário; etc.

Em sua tese de doutorado, Margarida Dias de Oliveira – utilizando como referência Emília Viotti da Costa no que diz respeito à relação sociedade/escola –, dá ênfase ao “caráter intrinsecamente educativo da História”. Segundo a autora, é esse caráter que dirige o trabalho do professor de História, uma vez que, essa discussão é definidora, a partir da relação entre a sociedade e a escola, “[...] do que todo cidadão tem o direito e o dever de saber sobre História para entender seu mundo, ler sua realidade e nela atuar” (OLIVEIRA, 2003, p. 188).

Neste sentido, cabe a disciplina de História um importante papel, o de contribuir de forma direta com a formação cidadã. Segundo Freitas, os valores fazem parte da aprendizagem histórica, quer queiramos ou não, pois eles constituem uma parte do nosso cotidiano, estão postos. E mais, “esse valor é também conteúdo histórico” (2016, p. 109).

Mas tratando especificamente da prática da capoeira e sua utilização em sala de aula, quais os valores relacionados à formação cidadã exigidos pelo Estado brasileiro que podem ser problematizados a partir do estudo da capoeira nas escolas? É em busca de responder a esta problemática que nos dedicaremos agora. Para isso, mencionaremos as contribuições que a capoeira pode ofertar quanto ao aprendizado de dois dos valores citados anteriormente: 1) tolerância e 2) respeito às diversidades.

A tolerância relaciona-se com o ato de aceitar, de suportar ou de compreender, mesmo sem aprovar, certos comportamentos, posicionamentos ou decisões de outras pessoas. Este valor complementa e faz com que o respeito às diversidades se faça presente, por isso, optamos por trabalhar com eles de maneira conjunta.

Ensinar o valor de respeitar as diversidades, sem preconceitos com relação à origem, raça, religião, sexo e idade ainda é uma tarefa complicada em nossa sociedade, pois, a todo o momento somos avaliados e colocados em determinadas abstrações que nos obrigam a trabalhar com estes princípios. Assim como nos lembra Itamar Freitas, os valores “funcionam como parâmetros empregados pela nossa faculdade de julgar” (2016, p. 109). Ou seja, os transportes de locomoção que utilizamos, as roupas que vestimos, os lugares religiosos (ou não) que frequentamos, as pessoas com quem andamos, enfim, são formas de enunciar ou objetos de estudo das outras pessoas.

Na capoeira, o respeito à diversidade é trabalhado de forma intensa. Ao historicizar esta prática pode-se perceber que, pelo menos, desde a segunda metade do século XIX, pessoas de diferentes origens, sexo, cor e raça praticaram a capoeira. Como exemplos, podemos citar o famoso capoeira paraense Cabralzinho e as capoeiras Jerônima e Maria Izabel.

Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, foi um conhecido capoeira que participou ativamente e com destaque na história social e política paraense desde as últimas décadas do regime monárquico e que atuou também como redator dos

periódicos *O cosmopolita* e *O patriota*, no qual contestava ferrenhamente os ideais tradicionais da monarquia e dos governos conservadores. Jerônima e Maria Izabel são exemplos de mulheres que ao longo do século XIX foram enquadradas em crimes que costumeiramente os capoeiras homens eram ajustados (OLIVEIRA; LEAL, 2009).

Segundo Carlos Eugênio Líbano Soares (1998), nas primeiras décadas do século XIX, era a chamada “capoeira escrava” que predominava. Esta denominação foi motivada pelo fato de que até aquele momento, a prática da capoeira estava, ainda, restrita aos escravos africanos e afro-brasileiros.

Outra forma de percebermos que o valor da diversidade faz parte do cotidiano da prática da capoeira é através de entrevistas que mestres e alunos de capoeira deram à Manoj Geeverghese no ano de 2012. Um mestre identificado com a letra “A” relata que: “a pessoa que adentra no universo da capoeira, ele começa a ter ideais de igualdade, a pensar uma sociedade mais justa e menos é... preconceituosa” (MESTRE “A”, apud GEEVERGHESE, 2013, p. 81).

Em outra entrevista, um aluno identificado com a letra “B” considera que a capoeira traz a questão de: “conviver com a diversidade, de você trabalhar com a pluralidade mesmo, tanto que na hora do treino você tem pessoas das mais diferentes formas, você tem criança, você tem velho, tem mulher, homem, preto, branco” (ALUNO “B”, apud GEEVERGHESE, 2013, p. 81).

Através do trabalho com músicas cantadas nas rodas de capoeira, tal como vimos no início deste tópico, também é possível perceber o elemento do respeito a diversidade. Semelhante ao depoimento do aluno identificado com a letra “B” da entrevista anterior, a música “Quem vem lá sou eu”, escrita e gravada pelo Mestre Suassuna (fundador e presidente do Grupo Cordão de Ouro, que conta com academias em todos os continentes do mundo) apresenta a seguinte estrofe: “Pega derruba e levanta ligeiro / só entra na roda quem é mandingueiro / capoeira é pra homem, menino e mulher / pra entrar nessa roda tem que ter axé”. Ou seja, qualquer pessoa pode entrar na roda de capoeira, não importa seu gênero, cor, ou lugar social, a única exigência é a energia e a vontade (o axé).

4 | CONCLUSÃO

Ao longo do texto, vimos que o estudo da prática da capoeira nos ambientes escolares pode originar uma série de discussões que são exigidas pelo Estado, seja através da Constituição, seja na legislação específica referente à educação no Brasil (no nosso caso, LDB e Lei nº 10.639/03 com o ensino da história e cultura afro-brasileira), e que permeiam o dia a dia da sociedade, como a questão relacionada ao combate à discriminação racial.

Atentamos ainda para o fato de que a capoeira é uma importante ferramenta no trabalho com valores a serem aprendidos pelos alunos e que são fundamentais para a formação do cidadão brasileiro, em especial os valores da tolerância e do respeito às

diversidades, de todos os tipos.

Concordamos com Freitas quando ele afirma que:

Estados que regem interesses entre grupos sociais de forma democrática conservam o seu conjunto de valores, normatizando o seu emprego e indicando os responsáveis por seu cultivo. É para esse rol de valores que devemos dirigir nossa atenção (FREITAS, 2016, p. 111).

Por isso, reiteramos a afirmativa de que este é um dos caminhos possíveis para se trabalhar com a história e cultura afro-brasileira e com os valores nas salas de aula, pois diversos são os valores, e mais diversos ainda são alunos, ambientes, situações, contextos e demandas com as quais o professor deve lidar diariamente no seu ofício.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. O trabalho em sala de aula com a história e a cultura afro-brasileira no ensino de história. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). **Coleção Explorando o Ensino: História (Ensino Fundamental)**. 21. ed. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2010. p. 131 – 158.

FREITAS, Itamar; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Sobre a crítica dos pesquisadores de História da África à Base Nacional Curricular Comum (BNCC)**. Disponível em: <<http://didaticadahistoria.com/2016/03/06/sobre-a-critica-dos-pesquisadores-de-historia-da-africa-a-base-nacional-curricular-comum-bncc/>>. Acesso em 29/03/2016.

FREITAS, Itamar. Valores como objeto da aprendizagem histórica. In: BUENO, André; ESTACHESKI, Dulceli; CREMA, Everton [orgs.]. **Para um novo amanhã: visões sobre aprendizagem histórica**. Rio de Janeiro/União da Vitória: Edição LAPHIS/Sobre Ontens, 2016. p. 107 – 116.

GATTI JÚNIOR, Décio. Demandas sociais, formação de cidadãos e ensino de História. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Org.). **Coleção Explorando o Ensino: História (Ensino Fundamental)**. 21. ed. Brasília/DF: Ministério da Educação, 2010. p. 105 – 130.

GEEVERGHESE, Manoj. **O valor educativo da capoeira**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, Brasília. 2013.

GT HISTÓRIA DA ÁFRICA/ANPUH. **NOTA DO GT DE HISTÓRIA DA ÁFRICA DA ANPUH BRASIL E DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS (ABE-ÁFRICA) SOBRE A PROPOSTA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associação-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>. Acesso em 27/03/2016.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedrosa; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. (orgs). **Relações étnico-raciais e diversidade**. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013. p. 21 – 34.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira, Identidade e Gênero: ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **O direito ao passado (uma discussão necessária à formação do profissional de História)**. Tese de Doutorado. UFPE: Recife, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

PEREIRA, Márcia M.; SILVA, Maurício. **Percurso da lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos**. Linguagens & Cidadania, v. 01, p. 01-12, 2012.

SILVA, Ana Célia Da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Porque mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava no Rio de Janeiro (1808-1850)**. 1998. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 351-386.

SOBRE A ORGANIZADORA

Denise Pereira: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-455-9

